

SENTIDOS E DES-SENTIDOS DA LUSOFONIA DA "LUSOFONIA LUSÓFONA" À "LUSOFONIA UNIVERSAL"*

Fernando Santos Neves

Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Em 1968 publicava eu, aqui em Luanda, o meu primeiro livro, intitulado **"Ecumenismo em Angola: Do Ecumenismo Cristão ao Ecumenismo Universal"**. Censurado pela Igreja Católica Angolana e pelo Governo da Nação Portuguesa (Seria porque, entre outras coisas, eu afirmava que, *"por absurdo que pareça, Angola situa-se em África!"* e se davam à luz os "perigosos" textos das "Declarações Universais dos Direitos Humanos", incluindo a "perigosíssima" declaração contida na Encíclica de João XXIII *"Pacem in Terris"*?), tal livro constituiu a gota de água que levou ao meu exílio, de imediato, das terras de Angola e, a seguir, das terras de Portugal.

Mais de trinta anos passados e no momento em que todas as esperanças de futuro são permitidas para estas maravilhosas terras e gentes de Angola, não é sem uma grande emoção que me vejo nos mesmos lugares a falar fundamentalmente das mesmas coisas ou seja, do que, glosando o título do livro de então, eu poderia chamar: **"Lusofonia em Angola: Da Lusofonia Lusófona à Lusofonia Universal"**, o que poderia ser outra maneira de dizer **"Sentidos e Des-sentidos da Lusofonia"**. Parece mera retórica, mas veremos, espero, que não é.

À semelhança do que o filósofo Kant pretendeu fazer tanto para a "Razão Pura" como para a "Razão Prática", e até para responder fundamentadamente aos fundamentados discursos incómodos sobre todas as "lusofonias suspeitas, patrioteiras, colonialistas e outras que tais", há que elaborar a **"Crítica da Razão Lusófona"**, ou seja, estabelecer as condições de legitimidade, de possibilidade, de pertinência e de urgência da construção da Lusofonia, as quais, também Kantianamente, poderiam intitular-se de **"Prolegómenos a toda a Lusofonia Futura"**.

Da realidade e projecto de tal **"Lusofonia"**, **"Espaço Lusófono"**, **"CPLP"**, **"União Lusófona"** ou designações semelhantes não devem considerar-se ausentes nem as diásporas mais históricas simbolizadas por Macau e Goa nem as diásporas mais modernas dos Emigrantes Lusos e demais Povos Lusófonos espalhados pelo Mundo, **a começar pelas Gentes Africanas a viver em território português e que, no mínimo, deveriam ter direitos de cidadania idênticos às pessoas provenientes dos Países Europeus**. Mesmo que, para tal, fosse necessário afrontar Bruxelas e Schengen e outros "Europeísmos" e "Europeíces"!

A Lusofonia não pode ser, mas não está automaticamente excluído que seja ou se torne, uma versão retardada ou camuflada dos colonialismos políticos, económicos e culturais de antanho, ou de agora ou do futuro. E, por exemplo, certos apregoados lusos "regressos a África" e a outros sítios poderiam fazer lembrar alguns desses ainda remanescentes fantasmas.

A Lusofonia deverá igualmente e consequentemente implicar a superação definitiva das clássicas ideologias do género do "lusotropicalismo", do "bom colonialismo português", do "não-racismo

* Luanda, XII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (A.U.L.P.), Maio de 2002

brasileiro”, do “colonialismo anti-económico” e quejandas, e designadamente desses dois indestrutíveis mitos que dão pelo nome do “**passado glorioso de Portugal**” e do não menos “**glorioso futuro do Brasil**”. Embora, por razões diversas e ultrapassadas as suas mitideologias e os seus provincianismos, de que já falaremos, **Portugal e Brasil** possam e devam ser os primeiros grandes motores da **Lusofonia** e da **CPLP** e sejam os primeiros grandes responsáveis históricos do seu êxito ou do seu fracasso. Oxalá as actuais classes dirigentes de Portugal e do Brasil estejam ao nível deste desafio histórico, o que não parece, visivelmente, ser o caso, para desgraça de todos os lusófonos. Aliás, **Lusofonia e C.P.L.P.** (e não gostaria de ter de acrescentar outros nomes e outras siglas, como o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, a Associação das Universidades de Língua Portuguesa, etc...) quase não passam ainda, na linguagem dos antigos filósofos medievais, de “entes de razão sem fundamento na realidade” (“*entia rationis sine fundamento in re*”)! Caberá a todos os que pensam que o projecto vale a pena demonstrar que somos capazes de as transformar em “entes reais e vivos”, com lugar e papel insubstituíveis na realidade geopolítica Portuguesa, Brasileira, Africana, Timorense, Europeia, Americana, Asiática e Mundial!

Especificamente sobre a “**Crítica da Razão Lusófona**”, essencial é a superação de todos os **provincianismos**, tanto os mais grosseiros de isolamento e de atraso como os mais subtils de heterocentrismo e de alienação, que afectam, com maior ou menor consciência e virulência, os diversos espaços do Espaço Lusófono ou os diversos Países e Povos de Língua Portuguesa, e de que, a seguir, apresento uma pequena lista meramente exemplificativa.

1. Relativamente a **Portugal** e para além de um “imperial-saudosismo” à prova de bala”, que releva mais da psicanálise que de qualquer análise económica ou política, relembro o nauseabundo **provincianismo** que, desde há tempos, venho chamando a “**doença infantil do europeísmo**” ou a “**concepção novorriquista, pacóvia, discipular e Schengeniana da integração europeia de Portugal**”, como se, por ser e para ser Europeu, Portugal devesse deixar de ser Português e Lusófono e como se, ao contrário, e se não houvesse outras razões ainda mais válidas, até não fosse a “Lusofonia”, retomando as palavras de Almeida Garrett, o grande e específico peso de Portugal “na balança da Europa” e do Mundo.
2. Relativamente ao **Brasil**, mencionarei aquele **provincianismo** a que ultimamente chamei, por analogia, “granderriquismo ilusório e pseudorealismo economicista” de alguns novos senhores do País, que quase lamentam o facto e quase se envergonham de serem lusófonos, não se dando conta de que, na geopolítica multipolar que se desenha e se deseja, a “**Lusofonia**” constitui chance única para o Brasil vir a ser alguém no concerto das potências do século XXI. Não haverá ninguém que consiga abrir os olhos dos Lusófonos Brasileiros

a este axioma tão óbvio como essencial: Sem Brasil não haverá Lusofonia, mas também sem a Lusofonia que interessa não haverá Brasil que venha a interessar! E quando tomarão os Brasileiros a sério a frase terrível do seu Presidente, Fernando Henrique Cardoso: “*O Brasil não é um país subdesenvolvido, é um país injusto*”, até porque, com as estruturas sociais existentes, dificilmente deixará de ser o eterno “país de nenhum futuro”.

Será que as celebrações dos quinhentos anos do seu “achamento” pelos Portugueses terão conseguido levar o Brasil a “reaching-se lusofonamente” e, sobretudo, “humanamente” a si próprio?

3. Relativamente aos **Países Africanos**, lembrarei, por um lado, o **provincianismo** da não-resolução ou da re-emergência de certos complexos (e não só os clássicos de Édipo) e, por outro lado, o **provincianismo** típico de certas elites pseudo-globalizadas, des-africanizadas e des-humanizadas.

O Colonialismo ou Imperialismo foi, certamente, o “último estágio do Capitalismo” (Lenine dixit!), o Neocolonialismo foi, certamente, o “último estágio do Imperialismo” (dixit Nkrumah!), um certo Desenvolvimento e uma certa Cooperação e uma certa Lusofonia poderão ter sido ou querer ser o “último estágio do Neocolonialismo” (dixerunt alii!), a tão badalada “Globalização Contemporânea” poderá ser ou vir a ser o “último estágio” de todas estas explorações e alienações (timent multi!), fenómenos como guerras e catástrofes naturais poderão ter “explicado” coisas intoleráveis; mas nada justifica e nada desculpa muitas das desgraças africanas do nosso tempo como nada justifica e nada desculpa o comportamento de certas elites africano-lusófonas.

Para dizer que não é coisa nenhuma, um dos últimos números da revista “Angolê” terminava um justíssimo ataque ao Governo Português, dizendo, prosaicamente, que “*Lusofonia rima ... com utopia*” (Angolê, Revista de Sociedade e Cultura, Março 2002, p. 66). A “Lusofonia” aqui avançada, essa tem que rimar, poética mas realisticamente, com a utopia a que eu, aqui mesmo em Luanda também há muitos anos, dei o nome de “pantopia” dos direitos humanos, da democracia e do desenvolvimento económico-social de todos os Países Africanos de Língua Portuguesa.

4. Relativamente à **Galiza** (de certo modo, com a Região Norte de Portugal, a mãe de todas as **Lusofonias**!) e reconhecendo embora todo o peso da história, darei o exemplo do **provincianismo** que designei de “**questão espanhola**” (a não confundir com a “questão do Castelhana”, que é toda uma outra questão) e que poderíamos traduzir na seguinte fórmula: a Galiza, por ser e para ser Lusófona, por ser e para ser um espaço integrante e activo do Espaço Lusófono e membro da **C.P.L.P.**, não precisa minimamente de pôr em causa a sua pertença ao Estado Espanhol, no quadro da grande Região Transfronteiriça Europeia do Noroeste Peninsular, de que a cidade do Porto é reconhecidamente a Capital incontestada (não se enten-

Sentidos e des-sentidos...

dendo, aliás, porque não faça parte das “Cidades Capitais” componentes da UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa).

Muitos Galegos já começaram a percebê-lo, a maior parte dos Portugueses (sobretudo, Lisboa e até alguns Nortenhos!) e dos outros Lusófonos, ainda não. **A propósito: onde estão os representantes galegos na “AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa”?**

5. Relativamente ao caso de **Timor**, permito-me começar por citar palavras minhas escritas em 1996, felizmente, na substância mas não sob todos os aspectos, inactuais:

“Num mundo que proclama colocar no centro das suas preocupações o respeito e a implementação dos Direitos Humanos e especificamente o Direito à Autodeterminação dos Povos, a situação de **Timor – Leste** é um dos pecados que bradam aos céus (infelizmente, mais que à terra!) e um dos escândalos intoleráveis do nosso tempo: uma CPLP que, por pensamentos, palavras, obras ou omissões, esqueça ou adie a solução do “**caso timorense**”, continuando a permitir que a força do direito fique subordinada ao direito da força, será a negação prática permanente da sua reclamada existência e finalidade. A inclusão explícita de Timor-Leste entre os membros da CPLP aparece como a prova mínima da seriedade activa e passiva deste projecto lusófono.”

Será que tanto **Portugal** como a **C.P.L.P.** e **Timor Lorosae** já perceberam que os seus verdadeiros interesses humanos e estratégicos, ao contrário do que, a curto prazo e a curtas vistas possa parecer, a lúcido e definitivo prazo passam pela **Lusofonia**? Xanana Gusmão disse e Xanana Gusmão é que sabe!

6. Relativamente a todas as **Diásporas Lusófonas** (e até às simplesmente Lusófilas ou Lusótopas) e sem prejuízo da integração geral nas Sociedades em que vivem, que enormes tarefas e potencialidades recíprocas no sentido de reforçar uma identidade transnacional e transgeográfica, que vá além dos clássicos três “F” do Futebol, do Fado e de Fátima e que, sabendo que a Lusofonia não é só nem sobretudo uma questão de língua, saiba também tirar partido do facto de ter como símbolo e instrumento uma das poucas “línguas universais” do século XXI! Para quando o oficial reconhecimento efectivo de uma efectiva “cidadania comum lusófona” que faça passar a CPLP a algo mais do que a pouco mais que nulidade real que ainda não deixou realmente de ser? Até quando, no âmbito de todos os Países Lusófonos e respectivas estruturas governamentais, tudo o que releva da “Cooperação Inter-Lusofona”, continuará a relevar do “Ministério dos Negócios Estrangeiros” ou das “Relações Exteriores”? Será necessária uma qualquer viagem entre os Países Lusófonos para nos darmos conta do trogloditismo das respectivas inter-relações? Quando é que, não os “cidadãos lusófonos” (que é coisa que não existe) mas, pelo menos, os “cidadãos dos Países

Lusófonos” tornarão suas as palavras furiosas de Cícero contra Catilina e dirão: “Quousque tandem abutere patientia nostra... Até quando continuarão todos os Estados de Língua Portuguesa e respectivas burocracias a abusar da nossa paciência lusófona?”

A presente “**Crítica da Razão Lusófona**” mais não visa do que contribuir para que a “**Lusofonia**” passe de mero mito, dúbia ideologia ou vã retórica a um «Espaço Lusófono» realista que colabore no diálogo humano com todos os outros «Espaços» do Mundo Contemporâneo, «Desígnio Lusófono» não ultrapassado mas, ao contrário, tornado mais necessário e mais urgente pelos processos em curso da «Integração Europeia de Portugal e da Galiza», das várias «Integrações Regionais dos PALP ou de Timor Lorosae», da «Mercosulização ou Panamericanização do Brasil», de todas as «Aculturações das Lusodísporas», da «Globalização Societal à Escala Planetária» e até da “loucura terrorista” e da “histeria anti-terrorista” que o dia 11 de Setembro despoletou na Humanidade e que, uma e outra, constituem, por razões diversas mas com possíveis idênticos resultados, sérias ameaças de regresso à barbárie, mediante o incumprimento ou o esquecimento da tão longa e tão difícil conquista que é o Estado Democrático de Direito e da única e para todos (“Terroristas”, “Não-terroristas” e “Anti-terroristas”) obrigatória “Carta Magna” da civilização que é a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”.

Numa história generalíssima das Universidades Portuguesas, às épocas já consagradas da “Universidade de Coimbra” (1ª época), das “Universidades de Lisboa e Porto” (2ª época, da implantação da 1ª República em 1910), das “Universidades Novas” (3ª época, dos anos 70), foi com alguma surpresa mas total acordo que, há alguns anos, ouvi o Catedrático da Universidade de Coimbra, Professor Doutor Prof. Gomes Canotilho, acrescentar a 4ª época das “Universidades Privadas” como fruto histórico do 25 de Abril de 1974 (aquele “25 de Abril Português” que foi justamente caracterizado pelos três “DDD” da “Descolonização, Democratização, Desenvolvimento”, a que eu costume acrescentar o quarto “D” da “Descentralização”, três DDD ou quatro DDDD que não podem deixar de reduzir-se e sintetizar-se no único e omnidimensional “DH” dos “Direitos Humanos”).

Em recente “**Manifesto para a Educação em Portugal**” (caso queiram, até poderão assiná-lo em www.ulusofona.pt, passe a publicidade abusiva mas espero que não enganosa...) e na sequência das minhas recorrentes declarações, designadamente em “**Onze Teses sobre o Ensino Superior em Portugal e no(s) Espaço(s) Lusófono(s)**” (cf. “Anuário da Educação”, 1999-2000), mais uma vez escrevi que é, hoje, evidência axiomática e imperativo categórico a necessidade de que se torne, finalmente, “legislação aplicável, aplicanda e aplicada” a grande conquista democrática e revolucionária do “Ensino Universal, Obrigatório e Gratuito”, norma que, hoje, se deve estender não só ao “Ensino Primário”, como no tempo dos nossos Avós e ao

“Ensino Secundário”, como no tempo dos nossos Países, mas também ao “Ensino Superior”, que constitui a verdadeira alfabetização do nosso tempo e o essencial motor de “Descolonização, Democratização, Desenvolvimento, Descentralização e Direitumanização” das sociedades contemporâneas (e, consequentemente, também das Sociedades Lusófonas, se quiserem ser “contemporâneas” não apenas a nível da cronologia ...). Por isso mesmo, quando se reconhecerá, efectivamente, o direito de todos os cidadãos ao “Ensino Superior” e se enterrará, definitivamente, a prática do “*numerus clausus*”, que significa o massacre de milhares de jovens e a condenação de um País ao subdesenvolvimento? Infelizmente, no tocante a Portugal, ainda não perderam actualidade as palavras duras do Ex-Ministro Mariano Gago contra “*todos os imbecis que continuam a dizer que há doutores e estudantes universitários a mais*”, palavras extensivas a todos aqueles que continuam a pregar, contra a evidência factual e estatística, que “*os diplomas são o caminho mais curto para o desemprego*” ou que “*a grande tragédia das Universidades é quererem admitir todos os meninos*” ou quejandas manifestações de elitismos seródios e ultrapassados. E, também no tocante a Portugal, quando terminarão as novas formas das “guerras do alecrim e da manjerona” entre as Universidades e os Institutos Politécnicos, entre o Ensino Superior Estatal e o Ensino Superior Privado, entre o CRUP (e respectivos apêndices e ideólogos) e o Ensino Superior Luso e Lusófono?

A Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (que, sendo de todas a mais jovem, é também reconhecidamente a mais inovadora e estatisticamente já é também a maior Universidade Privada de Portugal) procurará continuar a corresponder às exigências e objectivos que, com a aprovação oficial, lhe foram oficialmente assinadas, a saber, “*o ensino, a investigação e a prestação de serviços nos vários domínios da ciência, da cultura e das tecnologias, numa perspectiva interdisciplinar e, especialmente, em ordem ao desenvolvimento dos Países e Povos de Língua Portuguesa*” (Decreto-Lei nº92/98, de 14 de Abril).

E falando em Angola num Encontro organizado pela AULP – **Associação das Universidades de Língua Portuguesa** para “**Repensar o Ensino Superior no Espaço da Lusofonia**”, permitam-me somente mais **um voto de eficiência e um desabafo de afectividade**.

O “**voto de eficiência**” é que, à semelhança do que está a acontecer na União Europeia com o instrumento institucional designado “Declaração de Bolonha” (de que tivemos, entre nós, como convidado de honra o maior especialista teórico, o Prof. Doutor Pedro Lourtie) e com a criação do comum “**EEES – Espaço Europeu do Ensino Superior**”, também no âmbito do “Espaço Lusófono” se avance de imediato para a criação de um comum “**ELES – Espaço Lusófono do Ensino Superior**” e que todas as diversidades reais e reais dificuldades não constituam obstáculos mas apenas estímulos

(a construção de um tal “**Espaço Lusófono do Ensino Superior**” não é um epifenómeno mas condição *sine qua non* da construção do “**Espaço Lusófono sem mais**” acenado pela ideia da “CPLP”).

Quanto ao **desabafo de afectividade**, peço licença par re-citar palavras do último parágrafo da minha “**Carta Aberta ao Presidente de Angola, Engº José Eduardo dos Santos**”, aparecida no Jornal “Público” de 26 de Novembro de 2000 e em que re-affirmo “o mesmo empenho e coerência com que, na Luanda de 1968, publiquei o meu (inicialmente referido) primeiro livro intitulado «Do Ecumenismo Cristão ao Ecumenismo Universal» (que me valeu a expulsão do território pelas autoridades colonialistas da época) e com que tenho vindo a trabalhar por um Espaço Lusófono identitário e universalista, que defendo no meu último opúsculo editado na Lisboa do ano 2000 e intitulado «Para uma Crítica da Razão Lusófona: Onze Teses sobre a CPLP e a Lusofonia»...”

Uma Lusofonia assim identitária e ecuménica, “Descolonizante, Democratizante e Desenvolventista” (uma Lusofonia “à moda do 25 de Abril de 1974”) como a Lusofonia acima criticada e projectada (**só ela e só assim!**) é que constituirá, no século XXI, a grande oportunidade de todos os Países e Povos Lusófonos e (**só ela e só assim!**) é que poderá interessar e certamente interessará a todos os Países e Povos e Universidades de Língua Portuguesa e a todos os Países e Povos e Universidades de todas as Línguas do Mundo.

Muito obrigado

Sentidos e des-sentidos...